



Justiça nega pedido de filmagem de julgamento do caso Isabella

O 2º Tribunal de Júri do Fórum de Santana negou o pedido feito pela Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de São Paulo (Acrimesp) para a filmagem do julgamento de Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, marcado para a próxima segunda-feira (22/3). Eles são acusados de matar a menina Isabella, filha de Alexandre Nardoni.

Apesar de reconhecer a importância da Acrimesp, o juiz responsável pelo júri decidiu negar o pedido, assim como já havia procedido em relação a solicitações semelhantes feitas por outras entidades e meios de comunicação. Segundo o presidente da Acrimesp, Juan Carlos Müller, o objetivo maior do pedido é difundir o júri para os alunos da Escola de Advocacia Criminal da associação. Para ele, o Tribunal do Júri é um exemplo nobre, didático e valioso que se pode transmitir aos estudantes e aos advogados, "já que se constitui em matéria rica em ensinamentos sobre a prática da advocacia criminal".

O Júri popular do casal foi confirmado há quase um ano pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Por unanimidade, os três desembargadores da 4ª Câmara Criminal do TJ-SP rejeitaram pedido dos advogados de defesa para anular a sentença de pronúncia, dada também pelo juiz Maurício Fossen.

Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá respondem por homicídio doloso triplamente qualificado e por fraude processual (alteração da cena do crime). Eles estão presos desde maio de 2008 e até e agora o casal já teve negado pelo menos 11 pedidos para responder ao processo em liberdade.

Para o Júri, a defesa convocou 20 testemunhas. A maioria que irá depor pela defesa é de técnicos. Entre eles estão policiais que investigaram o caso, peritos e um ex-advogado do casal, Rogério Neres de Souza. O advogado do casal Nardoni, Roberto Podval, pretende desqualificar o trabalho da polícia e da perícia. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-SP*

Autores: Redação ConJur